

Os primeiros livros impressos em São Paulo: materialidade textual e transferências culturais (1827-1839)¹

The first books printed in São Paulo: textual materiality and cultural transfers (1827-1839)

Marisa Midori Deaecto²

RESUMO

Data de 1827 o aparecimento da imprensa em São Paulo. Muito se escreveu sobre a importância da instalação do primeiro atelier tipográfico na cidade, dos jornais publicados nesse momento de crise do Primeiro Reinado e das relações estreitas entre a vida política, as práticas jornalísticas e a então recém-fundada Faculdade de Direito do Largo S. Francisco. O presente projeto se volta para um aspecto ainda pouco explorado dessa história, a saber, as condições de produção dos primeiros livros impressos na cidade. Não se trata apenas de abordar os fatores por assim dizer sociais ou culturais da construção do livro, mas também sua materialidade, considerando os ele-

-
- 1 O presente artigo foi redigido durante o programa de residência em pesquisa da Biblioteca Guita e José Mindlin (BBM-USP). Expresso meus agradecimentos a Fabio Mariano Cruz Pereira, por ter cedido a este escrito, por meio de sua leitura, comentários e sugestões, um cadinho de sua erudição.
 - 2 Professora livre-docente da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo; <https://orcid.org/0000-0002-5770-1508>; marisamidori@usp.br.

mentos locais e exógenos (na falta de termo mais preciso) que conformaram a cultura gráfica paulista, a partir da importação e assimilação de uma série de práticas editoriais e de regras tipográficas que se impuseram desde a instalação das primeiras tipografias.

PALAVRAS-CHAVE

São Paulo (Brasil); tipografia; primeiros livros; Costa Silveira; cultura jurídica

ABSTRACT

The first printing press appeared in São Paulo in 1827. Much has been written about the importance of the establishment of the first typographic workshop in the city, the newspapers published during the crisis of the First Empire, and the close relationship between political life, journalistic practices, and the then newly founded Law School of Largo S. Francisco. This project focuses on a still little-explored aspect of this history, namely, the conditions under which the first books were printed in the city. It is not just a matter of addressing the social or cultural factors of book production, but also its materiality, considering the local and exogenous elements (for lack of a more precise term) that shaped São Paulo's graphic culture, based on the importation and assimilation of a series of editorial practices and typographical rules that were imposed since the establishment of the first printing presses.

KEYWORDS

São Paulo (Brazil); printing press; first books; Costa Silveira; the legal culture

Pois um livro nunca é só um objeto admirável. Como qualquer outra tecnologia, ele é invariavelmente o produto da agência humana em contextos altamente voláteis, que o estudo acadêmico responsável deve procurar recuperar se quisermos melhor entender a criação e a comunicação de significado como as características definidoras das sociedades humanas.

(McKenzie, 2018, p. 15).

*Para Chico Homem de Melo,
enciclopédia viva da cultura gráfica brasileira.*

Em *O Bibliófilo Aprendiz*, Rubens Borba de Moraes aborda a questão dos primeiros impressos no Brasil e nas províncias como uma das mais relevantes para a história do livro, dir-se-ia, para a história da formação cultural do país. É verdade que a temática do «primeiro livro» – sobre as Grandes Descobertas, a América, o Brasil e assim por diante – moveu bibliófilos dedicados a várias frentes do colecionismo, tornando-se muito difícil divisar a fronteira entre a investigação e o puro fetichismo. Talvez seja mais correto afirmar que, nesse caso, a pesquisa caminha de braços dados com a bibliofilia, da mesma forma que a busca incessante por estes primeiros livros tem se mostrado um terreno fértil para novas abordagens acerca das materialidades textuais e das transferências culturais como chaves interpretativas de uma cultura gráfica que se impõe com a implantação das primeiras tipografias em uma dada sociedade³.

Embora a questão «qual o primeiro livro impresso em...?» seja formulada de modo direto e claro, nem sempre a resposta se apresenta com a mesma objetividade. Passados mais de dois séculos desde a instalação da primeira tipografia oficial no país, a Impressão Régia, por ordem do regente D. João, na Corte do Rio de Janeiro, em 13 de maio de 1808, o debate sobre o primeiro livro impresso nesta porção do Império Português é ainda objeto de discussões e pesquisas⁴. Algumas hipóteses importantes ganharam corpo desde

3 Não nos referimos obviamente à descoberta da tipografia e seu impacto na Europa, entre 1450 e 1500, mas a um segundo movimento de difusão das tipografias (e suas consequências), no continente americano. Com exceção da Cidade do México (1530), de Lima (1584) e de Massachussets (1685), as primeiras tipografias foram instaladas na América muito tardiamente: 1723, Havana; 1738, Bogotá; 1748, Santiago del Chile; 1758, Córdoba; 1760, Quito; 1780, Buenos Aires; 1782, Santo Domingo; 1791, Santiago de Cuba; 1792, Guadalajara; 1794, Veracruz; 1807, Montevideo; 1808, Rio de Janeiro; 1810, Caracas; 1811, Salvador; 1817, Recife; 1821, São Luís do Maranhão; 1821, Belém; 1823, La Paz; 1830, Costa Rica; 1840, Honduras; 1880, Nicarágua.

4 São conhecidos, por exemplo, os primeiros volumes impressos nas Missões Jesuíticas em áreas fronteiriças entre o Paraguai, a Argentina e o Brasil. Embora os impressos remanescentes não estampem o nome de uma vila situada nas partes do Império Português, a proximidade dessas reduções deixa sempre o sabor de uma descoberta reveladora de um primeiro livro ali produzido nas primeiras décadas do século XVIII. Cf. Veríssimo, 2022.

meados do século XIX, a saber: o aparecimento de um impresso com o endereço do Recife, durante a dominação holandesa, para onde Maurício de Nassau fizera enviar um tipógrafo, muito provavelmente com o interesse de imprimir papéis administrativos⁵; ou ainda um conjunto mais significativo de impressos gravados na tipografia de Isidoro da Fonseca, no Rio de Janeiro (cf. Barros, 2012); para não citar o opúsculo tirado na prensa da Casa da Moeda, em Ouro Preto, pelo ardiloso Padre Viegas de Meneses (Vasconcellos, 1986). Todas essas pistas certamente ativaram – como ainda ativam – a imaginação e o desejo dos pesquisadores por novos achados. Afinal de contas, nunca é demais sonhar com a descoberta de uma brochurinha esquecida, uma folha avulsa que seja, a testemunhar a existência de um prelo clandestino, funcionando nas horas mortas, à revelia das autoridades coloniais, com o fito de engrossar os papéis manuscritos que no mundo luso-brasileiro resistiram séculos a fio, em plena galáxia de Gutenberg (Megiani & Algranti, 2009).

Igualmente nebulosas são as notícias sobre os primeiros impressos nas províncias, durante o período de lutas pela Independência e depois, quando as tipografias eram instaladas com o auxílio do governo, ou mesmo por obra de particulares. Esses primeiros escritos em letra de forma alicerçaram a administração local, deram voz política aos habitantes, testemunhando um jornalismo em gérmen, ou ainda materializaram as pulsões literárias de seus moradores. Como assevera Moraes,

Fundava-se tipografia para imprimir jornais políticos. De maneira que, na quase totalidade dos Estados, o primeiro produto saído do prelo foi um jornal. Há muito estudo publicado sobre os primeiros jornais de cada província do Brasil, mas muito poucos sobre os pri-

5 Ao que tudo indica, o tipógrafo contratado faleceu durante o percurso da Europa para o Brasil. E o livro em questão trazia um endereço falso. Tratava-se, com efeito, de uma denúncia de corrupção da Companhia das Índias, ou seja, da administração holandesa (Pacheco, 1931).

meiros livros e folhetos. Qual foi o primeiro livro impresso em Pernambuco, no Maranhão, no Pará, em São Paulo? A resposta certa está à espera de quem estude a questão. Em muitos casos, é provável que não se consiga mais encontrar exemplar algum do primeiro livro ou folheto impresso em certas cidades (Moraes, 2018, p. 214).

Os primeiros livros publicados em São Paulo não constituem objeto de nenhum tipo de charada bibliográfica, para usar um termo cunhado por Félix Pacheco. Muito pelo contrário, são bem conhecidos e citados, embora pouco ou quase nada estudados. Isso se deve às condições de produção nas quais esses livros se inserem, a saber, de par com o desenvolvimento da imprensa jornalística, após a fundação da Faculdade de Direito, em 1827, portanto, de projeção de uma elite política e intelectual nos quadros de formação do Estado brasileiro. Apesar desses livros se ajustarem bem a uma paisagem intelectual relativamente estável, chama a atenção o fato dos títulos e autores não constituírem uma homogeneidade no que toca seus perfis intelectuais e profissionais, o que se reflete nas diferentes temáticas desenvolvidas em cada volume. Vejamos:

J. M. A. Brotero. *Questões sobre prêsas marítimas*. Offerecidas ao cidadão Rafael Tobias de Aguiar. S. Paulo, [Typ. de Costa Silveira], 1836, 1 vol.

[Daniel Pedro Müller]. *Ensaio d'um quadro estatístico da Provincia de S. Paulo, ordenado pelas leis provinciais de 11 de abril de 1836, e 10 de março de 1837*. S. Paulo, Na Typographia de Costa Silveira, 1838, 1 vol.

[Julius Frank]. *Resumo de historia universal*. Impresso por ordem do governo para uso da aula d'história e geographia, da academia de sciencias jurídicas e sociaes d'esta cidade de São Paulo. S. Paulo, Impresso na Typ. de M. F. Costa Silveira, 1839, 2 vols. Vol. 1: *História Antiga e Idade Média*; vol. 2: *História Moderna*.

Com exceção da obra atribuída a Daniel Pedro Müller⁶, *Ensaio d'um quadro estatístico da Provincia de S. Paulo*, ou seja, um livro feito a serviço da administração pública, tanto *Questões sobre prêsas marítimas* quanto *Resumo de historia universal* foram escritos e se destinaram ao corpo acadêmico formado por lentes e alunos da Faculdade de Direito, embora os perfis dos escritores e suas posições sociais fossem bem distintas. Esses primeiros livros se inserem, pois, em uma comunidade intelectual muito bem definida, apartada, em certa medida, da população planaltina, para retomar a percepção de um viajante que frequentou a cidade na década de 1860 (Zaluar, 1953). Traçando um paralelo entre o aparecimento da tipografia e a história da literatura, podemos afirmar que os dois eventos se complementam. Para Antonio Candido, na década de 1830 há a emergência de escritores que conformam «um grupo real que exerceu sobre os grupos sucessores uma influência direta» (Candido, 2000, p. 147). Embora o autor esteja particularmente interessado em situar os primórdios de uma tradição literária brasileira a partir de sua matriz paulista – Romântica – congregada em torno da *Revista da Sociedade Filomática*, entende-se, por analogia, que essa tradição se apoia em uma cultura gráfica própria, gerada nos primeiros ateliers tipográficos da cidade, em franco diálogo com a comunidade intelectual que produzia e consumia seus insumos.

Partindo dessas premissas, o objetivo do presente artigo é, em um primeiro momento, o de retomar aspectos da produção impressa em São Paulo e seus pontos de contato com o desenvolvimento cultural e material da cidade. Interessa, noutros termos, reconhecer as circunstâncias e as condições de produção e de circulação dos primeiros impressos e, especialmente, dos primeiros livros publicados à luz da emergência de uma imprensa política engajada e de

6 Também o autor, ao contrário de Brotero e Frank, não guardava relações com a Faculdade de Direito. «Daniel Pedro Müller, nascido no mar, filho de alemães, educado em Portugal, com boa formação técnica e humanística (frequentou, como cadete de Artilharia, o Real Colégio dos Nobres), mal chegou a Piratininga, vindo, em 1802, como ajudante de ordem do capitão-general Antonio da Franca e Horta integrou-se no nosso meio» (Sylos, 1978, p. X).

uma comunidade intelectualmente ativa, que orbitava no entorno da Faculdade de Direito. E se estas questões relativamente investigadas noutras pesquisas continuam na ordem do dia⁷, faz-se necessário abordar não apenas os fatores por assim dizer sociais ou culturais da construção do livro, mas também sua materialidade, considerando os elementos locais e exógenos (na falta de termo mais preciso) que conformaram a cultura gráfica paulista, a partir da importação e assimilação de uma série de práticas editoriais e de regras tipográficas que se impuseram desde a instalação dos primeiros ateliers⁸.

Não se trata, todavia, de um texto definitivo sobre as questões levantadas. O propósito inicial consiste em estabelecer as linhas de abordagem que se colocam para tal investigação. Pretende-se igualmente valorizar diálogos profícuos estabelecidos com outras disciplinas e pesquisadores empenhados no desvendamento da cultura gráfica e material que se instalou na capital paulistana dos anos de 1820.

Na primeira parte do presente artigo, a tipografia será explorada em duplo sentido: atelier de trabalho onde atuam profissionais qualificados; e processo de reprodução do texto com tipos móveis, o que pressupõe o domínio da técnica, mas também de protocolos estilísticos. No intuito de valorizar as narrativas da época – e também os possíveis contrastes entre o mundo ideal e as possibilidades reais que se colocam – os documentos relativos à instalação da primeira tipografia em São Paulo serão confrontados com os pressupostos inscritos no *Manual de tipografia brasiliense*, de René Ogier, publicado na mesma época (Ogier,

7 Sobre os aspectos infraestruturais ou materiais que concorreram para o desenvolvimento da economia do livro em São Paulo, cf. Deaecto, 2019.

8 A análise se apoia no conceito de transferências culturais. «Por transferência cultural entende-se uma orientação metodológica da pesquisa em história com vistas a pôr em evidência as imbricações e as mestiçagens entre os espaços nacionais ou, de modo mais geral, entre os espaços culturais, numa tentativa de compreender por quais mecanismos as formas identitárias podem alimentar-se de importações. O livro, sendo por excelência um objeto particularmente mutante, dotado a um só tempo de uma dimensão cultural e de um valor econômico, resultado de uma produção intelectual e de uma fabricação material, merece, especialmente, ser encarado sob esse ângulo» (Espagne, 2012).

2023 [1832]). Por fim, a análise deve se centrar nos três primeiros livros impressos na cidade. Diante do exposto, se esta primeira abordagem contribuir para novas perspectivas de pesquisa acerca da história do impresso em São Paulo, o percurso já terá valido a pena.

Uma tipografia para São Paulo: entre projetos e possibilidades

A primeira notícia de que se dispõe sobre a instalação de uma tipografia em São Paulo data de 4 de fevereiro de 1823 e se apresenta nos termos seguintes:

Se estas condições merecerem a Approvação de S.M.I. V. Ex.^a Se dignará communicar-o á Junta para ultimar o ajuste e dar seo título aos ditos Off.^{os} e ao mesmo tempo os fazer assistir ao encaixotamento dos objectos mencionados de que enviahua Rel.^{am}. Deos Guarde a V. Ex.^a Rio de Janeiro, 4 de Fevereiro de 1823 = Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Snr. Martim Francisco Ribeiro d'Andrada = José da Silva Lisboa = José Saturnino da Costa Pereira = Francisco Vieira Goulart

Esta conf^e, como Secretario Joaquim José Teixeira. [Junta Diretoria da Tipografia Nacional ao Ministro da Fazenda sobre as diligências no cumprimento da Portaria de 8 de janeiro de 1823. Arquivo Nacional Seção Ministerial – ILL⁹409] (*apud* Ipanema, 2008, pp. 111-112)⁹.

A citação é longa, e o documento de alto interesse, dada a riqueza de detalhes com que os elementos para a instalação de uma oficina tipográfica foram apresentados.

9 Cybelle de Ipanema reuniu, pela primeira vez e em um único volume, uma documentação dispersa, em parte inédita, sobre as negociações encaminhadas entre o poder provincial e o imperial para a instalação de uma tipografia oficial na cidade de São Paulo. O documento ora transcrito faz parte deste conjunto.

Primeiramente, chama a atenção o fato de haver na Corte profissionais dispostos a se transferir para uma cidade de porte tão pequeno e de tão poucos atrativos quanto São Paulo¹⁰. Talvez houvesse profissionais ociosos na Tipografia Nacional, demonstrando que a oficina cuidava da formação de compositores e impressores aptos a difundir a arte impressória, como nos tempos primevos, quando estes mesmos artífices recém-formados partiam da Mogúncia para a conquista de novos territórios. Aliás, são bem conhecidos alguns aprendizes que inscreveram seus nomes na história literária brasileira, a exemplo de Paula Brito e de Machado de Assis, cujos destinos se cruzaram em uma mesma oficina na Praça da Constituição¹¹. É possível que o mercado de trabalho, começando a despontar no Rio de Janeiro – em que pese o caráter efêmero de muitas tipografias¹² –, não se mostrasse totalmente apto a absorver os artífices ali formados, o que aumentava a concorrência entre eles, como deixa entrever a disputa por salários no processo de recrutamento do compositor e do impressor, conforme documento supra.

A questão dos salários percebidos pelos profissionais gráficos é pouco referenciada nos estudos sobre o tema. Historicamente os compositores levavam vantagem sobre os impressores porque seu

10 Em 1821, a população da cidade do Rio de Janeiro é de 79.321 habitantes e de São Paulo de 13.000 habitantes. Se a capital planaltina conheceu, em 1823, seu primeiro jornal manuscrito, *O Paulista*, nessa mesma época contavam-se no Rio treze livrarias, sete tipografias e uma fundidora de tipos (Hallewell, 2017, pp. 836-837).

11 Machado de Assis trabalhou na oficina de Paula Brito, onde fez imprimir seus primeiros textos. Paula Brito, por seu turno, formou-se no ofício de compositor na Imprensa Nacional. «Como Paula Brito se recordou anos mais tarde, o administrador da Typografia Imperial e Nacional na época era Brás Antonio Castrioto, que lá ingressara como compositor tipográfico ainda nos tempos da Impressão Régia, em 1810» (Godoi, 2017, p. 56).

12 Desde 28 de agosto de 1821, após a regulamentação da liberdade de imprensa, novas tipografias abriram concorrência com a Impressão Régia, a qual, ao que tudo indica, cobrava preços altos porque não dava conta de atender às demandas. Segundo Rubens Borba de Moraes, essas novas oficinas eram «fundadas com mais entusiasmo do que capital; para defender os novos ideais constitucionais e a Independência produziram uma quantidade de gazetas efêmeras, hinos patrióticos, proclamações, discursos, cartas e folhetos políticos. Só a de Silva Serva teria capacidade para lançar obras de maior vulto. Muitas desaparecerão em poucos anos ou serão absorvidas por outras» (Moraes, 1993, p. XXI).

ofício exigia o domínio das letras. Impressores podiam ser analfabetos. Compositores, jamais¹³. No que toca à remuneração de um impressor, segundo o mesmo documento, ela gira em torno de mil-réis por jornada, ou pouco mais, considerando que o candidato requereu o valor correspondente a 400 mil réis por ano. O salário do compositor foi negociado, no início, por 600 mil réis, mas a oferta foi vencida por outro candidato, que aceitou a partida pela soma de 500 mil anuais. Para se ter uma ideia da correspondência desses valores em relação aos livros comercializados, em 1816, um exemplar da *Corographia Brazilica* do Padre Aires de Casal era anunciado a 1\$600, por subscrição, ou 3\$600 após a impressão. É bem verdade que, nesses tempos, a Imprensa Régia gozava de privilégio no Rio de Janeiro e era acusada de praticar preços abusivos, além de não honrar os serviços com a qualidade estimada (Moraes, 1993, p. XX). Tomemos, portanto, outro exemplo: o *Manual de typographia brasiliense*, de Ogier, era anunciado ao preço de 4\$000 réis¹⁴.

Tanto quanto no Antigo Regime europeu, os empregados poderiam ser fixos ou por jornada. O *Manual* de Ogier estabelece ao menos três oficiais ativos em uma tipografia: o compositor, como diz o nome, responsável pela composição de uma página com os tipos móveis; o compaginador, profissão que não consta nos manuais antigos e que, na definição de Ogier, «é o compositor instruído que o diretor encarrega de compaginar e de dirigir uma obra» (Ogier, 2023 [1832], p. 67), ou seja, o equivalente ao *designer* dos dias atuais; e o impressor, cujas funções mereceram a seguinte distinção: «nos países onde a tipografia tem feito os maiores progressos e donde têm saído as obras clássicas, a imprensa é comumente servida por dois impressores; eles repartem as funções entre si, de maneira que elas

13 O aprendiz compositor «deve conhecer bem a sua língua; muitas vezes ele é incumbido da cópia pelos corretores quando eles precisam de alguém» (Ogier, 2023 [1832], p. 66).

14 Segundo anúncio publicado no *Diário do Rio de Janeiro*, 20 de set. de 1832, p. 2 e referenciado no excelente estudo de Nelson Schapochnik, 2023, p. 224.

se achem em tempo oportuno, sem se confundirem, nem esperar um pelo outro» (Ogier, 2023 [1832], p. 147); havia, ainda, a figura do batedor, que não conhece «nada de tipografia. Nós notamos que este uso vicioso tem mais particularmente tomado nascimento nos países onde se concedia privilégio para a impressão de obras de igreja, então não existiam concorrentes e o impressor achava um meio de economia e aumentava os benefícios» (Ogier, 2023 [1832], pp. 147-148); por fim, o diretor da tipografia, figura responsável pelo gerenciamento e controle de todo o trabalho, que poderia ser o próprio impressor, ou mesmo o compositor.

Presume-se, com base no *Manual* de Ogier, que seu atelier tipográfico não admitia a figura do compositor por jornada, tal era a especificidade e a acuidade com que se realizava esta função. Apenas o impressor era admitido como jornaleiro. Ainda segundo o autor: «Os impressores no Brasil sendo quase todos a jornal, ajusta-se [o salário] amigavelmente com eles conforme seu trabalho» (Ogier, 2023 [1832], p. 174).

A futura tipografia paulistana, uma vez efetivado o projeto em curso, não contaria senão com os labores de dois oficiais contratados, um compositor e um impressor. Mas não é difícil imaginar que esses profissionais tratariam de formar seus aprendizes, como, aliás, sóia acontecer desde os tempos de Gutenberg.

Outro aspecto raramente elucidado em um documento diz respeito ao maquinário empregado nas tipografias brasileiras, nesses primeiros tempos. A configuração das prensas vinha mudando muito rapidamente na Europa, desde que os prelos «pararam de chorar», segundo uma expressão clássica, atribuída ao gemido que faziam os velhos prelos de madeira, substituídos, como foram, pelo prelo de ferro do sistema Stanhope, inventado em 1800. Sabemos que esse modelo foi introduzido em Portugal, pela Junta Econômica e Administrativa da Impressão Régia, com o auxílio do exército britânico, no início do século XIX. Muito provavelmente os comerciantes britânicos tenham facilitado sua entrada na Corte do Rio. Em 1809

os prelos de madeira ainda gemiam na Impressão Régia, tendo-se contruído localmente um modelo semelhante aos que vieram de Lisboa, no ano anterior. Em 1821, a oficina «recebeu nove prelos novos da Inglaterra e, no ano seguinte, mais um, comprado desta vez nos Estados Unidos» (Moraes, 1993, p. XX).

Foi certamente devido a esse aumento expressivo das instalações na Tipografia Nacional que surgiu a possibilidade de envio a São Paulo de um prelo Stanhope, como anuncia o ofício reproduzido anteriormente. Notemos, porém, que não se tratava de simples doação. Pelo contrário. Da mesma maneira que em 1809 a construção de um prelo de madeira no Rio de Janeiro ensejara manifestações ufanistas, de um orgulho justificado diante de séculos de proibição de manufaturas nestas partes do reino, também agora aventava-se a hipótese de reprodução do modelo britânico – diga-se de passagem, não patenteado, por decisão de seu inventor – na já muito conhecida fábrica de Ipanema, onde se praticava, há tempos, a arte da metalurgia. O documento não se mostra apenas otimista diante da possibilidade de se ver fundar em São Paulo uma primeira tipografia, o que significava, na época, um traço de modernidade que lhe batia à porta com notável atraso. Vislumbrava-se, outrossim, que São Paulo pudesse se tornar um produtor importante de prelos de ferro, o que libertaria o país do estado de dependência em relação ao maquinário importado.

Tal observação nos conduz a uma outra, não menos relevante. O que era preciso, além da prensa, de um compositor e de um impressor, para fazer funcionar um atelier tipográfico? Dentre os documentos que testemunham os esforços para a montagem de uma tipografia oficial na cidade, a «Relação dos objetos Typographicos que se aprontáram para hir a S. Paulo» responde, em parte, a essa questão:

169" Libras de Leitura [corpo 11]

56" Ditas de Breviário [corpo 10]

134" Ditas de Suprasilvio [corpo 14]

47" Ditas de Vinhetas

20" Ditas de Emblemas

1" Prelo com seus pertences

Rio de Janeiro em 14 de Agosto de 1829

O Administrador Braz Antonio Castrioto [Ministro da Fazenda ao do Império participando estarem prontos prelo e material, conforme relação anexa] (*apud* Ipanema, 2008, p. 155)¹⁵.

A expressão «prelo e seus pertences», anotada pelo experiente diretor da Tipografia Nacional, pode ser compreendida, a luz do *Manual* de René Ogier, nos termos seguintes:

Sem detalhar a construção dos diferentes objetos que cooperam para a impressão e acabamento dos livros, contudo importa conhecer quais sejam esses objetos. Os de primeiro intuito são os tipos, prelos, tinta, balas, rolos, papel¹⁶ etc. Estes materiais e utensílios pertencem a três classes distintas de oficiais: compositores, impressores e batedores (Ogier, 2023 [1832], p. 35).

No que toca aos materiais exclusivos para a composição, discriminados na primeira parte da lista, Braz Castrioto propõe uma seleção de tipos classificados pela força do corpo¹⁷. Buscando esclarecer o significado de termos como «Leitura», «Breviário», «Suprasilvio»,

15 Braz Antonio Castrioto, vimos acima, ingressou como compositor na Impressão Regia em 1810, tendo passado ao posto de Administrador da Imprensa Nacional, como identificado no documento (ver nota 9).

16 O papel constitui material de primeira ordem no rol das prioridades para a produção de um livro. Desde os tempos de Gutenberg, os prelos são devoradores de papel. No entanto, dada a especificidade desse material, produzido e difundido sob um sistema bastante particular e próprio, seu estudo demanda diferentes abordagens analíticas. Temos nos empenhado, com o auxílio dos pesquisadores atuantes no Embira-Laboratório de Papel (FFLCH/USP) a desvendar os papéis usados nos primeiros impressos paulistas. No presente artigo nos limitaremos a algumas indicações materiais, pois a pesquisa se encontra em fase muito preliminar.

17 «Por força do corpo entende-se a largura da letra, tomando-a no sentido da impressão desde a superfície marcada do encaixe até a superfície oposta» (Ogier, 2023 [1832], p. 37).

recorremos, uma vez mais, ao *Manual*. De acordo com Ogier, concluímos que a lista de Castrioto se apoia em uma nomenclatura antiga, em desuso naquela época¹⁸. Ele mesmo cuida de estabelecer uma tabela de atualização da nomenclatura adotada, cujos termos foram inseridos [] na lista supracitada. Apreende-se do documento que um conjunto muito elementar para a composição de livros, folhetos e jornais era formado por fontes de «Leitura», ou seja, corpo 11, enquanto os títulos poderiam ser usados em corpo 14 («Suprasilvio») e as notas em corpo 10 (Breviário). O dedicado administrador não inclui corpos maiores, como as célebres Parangonas (de 18 ou 22 pontos), tão usadas nos frontispícios de livros europeus, em especial, os franceses. Também não há menção aos quadratins, espaços e entrelinhas, os quais, possivelmente, já se incluíssem entre outros utensílios igualmente não relacionados que acompanham a prensa.

A quantidade de tipos de uma família é um dado importante, pois dela depende o maior ou menor êxito e celeridade do compositor na execução dos trabalhos. Na falta de um bom conjunto de tipos de uma mesma família, o compositor era obrigado a se desfazer de forma para o aproveitamento dos mesmos tipos em uma nova composição. Visando minimizar possíveis problemas de cálculo, Ogier propõe uma «tarifa das quantidades que devem formar uma polícia¹⁹ de 100.000 letras». Segundo o autor:

Importa conhecer de que número de qualidades deve uma imprensa ser fornecida; não porque aconteça que todos os números

18 «Os seus antigos nomes, somente aplicáveis a circunstâncias passageiras ou ao uso particular a que foram destinados na origem, deviam cair em esquecimento, para admitir-se denominações mais genéricas, que designando-os de um modo claro, têm a vantagem de fazer conhecer a sua força do corpo e de reduzir a uma regra simples de aritmética as combinações mais complicadas da comparação» (Ogier, 2023 [1832], p. 42).

19 Por *polícia de caractere* devem-se compreender «as letras ou sinais que compõem um caractere segundo a quantidade relativa ao uso que nele se supõe» (Ogier, 2023 [1832], p. 42). Em francês o termo *police* se refere ao equivalente à fonte tipográfica em português.

se empreguem igualmente, pois quando se compõe latim, os m, n, e, u se gastam muito; o inglês os h, t, w; o italiano, os i, o e português, os o, m, a, ç, ã, õ, z etc., o que não permite fixar-se no justo a quantidade de cada número; mas tomando a língua nacional por base, é esta a analogia mais exata das quantidades em que os números de uma fundição devem ser fornecidos (Ogier, 2023 [1832], p. 42).

Com base nos cálculos apresentados por Ogier, surpreende a quantidade modesta de tipos que o dileto administrador da Imprensa Nacional relaciona na lista de materiais previstos para a tipografia paulista. Pelas características dessa listagem, Castrioto parece entender que o atelier se dedicará exclusivamente à impressão de folhas avulsas ou, no limite, jornais. Ele ainda prevê o uso de vinhetas e emblemas que serviam como ornamentos para as composições. Infelizmente, o documento não relaciona as famílias de fontes que deveriam compor este primeiro conjunto de tipos. Mas o projeto do governo não foi adiante, e os instrumentos reservados por Castrioto jamais enviados a São Paulo, logo, essa questão ficará em suspenso até que novos documentos sejam, porventura, descobertos.

Todavia, a tomar pela notícia estampada no número de estreia do primeiro jornal paulista, *O Farol Paulistano*, as condições de produção continuaram bem limitadas:

Por hora sairá esta folha às quartas-feiras e quando fores dias Santos, às quintas: mas, logo que tenhamos novos, typos, e quem ajuste ao compositor, que é único, e não pode acudir á todo o trabalho, dal-a hemos duas vezes na semana. Subscreve-se na Botica de Lucio Miguel Felix dos Santos de frente da Capella de Sant'Antoninho. Preço mensal da subscrição 480 reis (*O Farol Paulistano*, quarta-feira, 7 fev. 1827, p. 4).

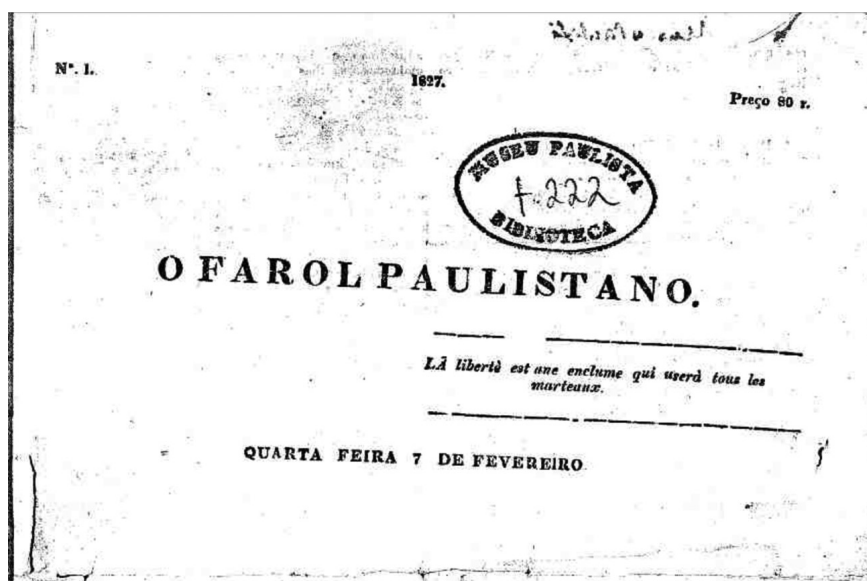


Fig. 1: A composição tipográfica do número inaugural de *O Farol Paulistano* (7 fev. 1827) confirma as dificuldades atestadas pelo redator quanto à escassez de tipos. Isso não se verifica apenas em termos de quantidade, mas também de variedade. Não há o emprego de vinhetas, clichês ou de qualquer ornamento. O tipógrafo fez uso de apenas uma família tipográfica para compor toda a folha. A única variação do corpo da fonte se dá em relação ao título. A epígrafe aparece cercada entre dois fios e em itálico. Outros destaques são feitos com o uso do versalete. A composição estampada na página 1 se reproduz por todo o jornal, uma folha impressa em duas colunas e quatro páginas²⁰.

Fonte: Hemeroteca Digital da FBN.

²⁰ Essas considerações foram tecidas com o auxílio do levantamento das fontes utilizadas nos primeiros jornais impressos em São Paulo, tal como apresentado no Projeto Tipografia Paulistana, dirigido por Priscila Lena de Farias. (<https://labvisual.fau.usp.br/tipografiapaulistana/tipos/mosaico>).

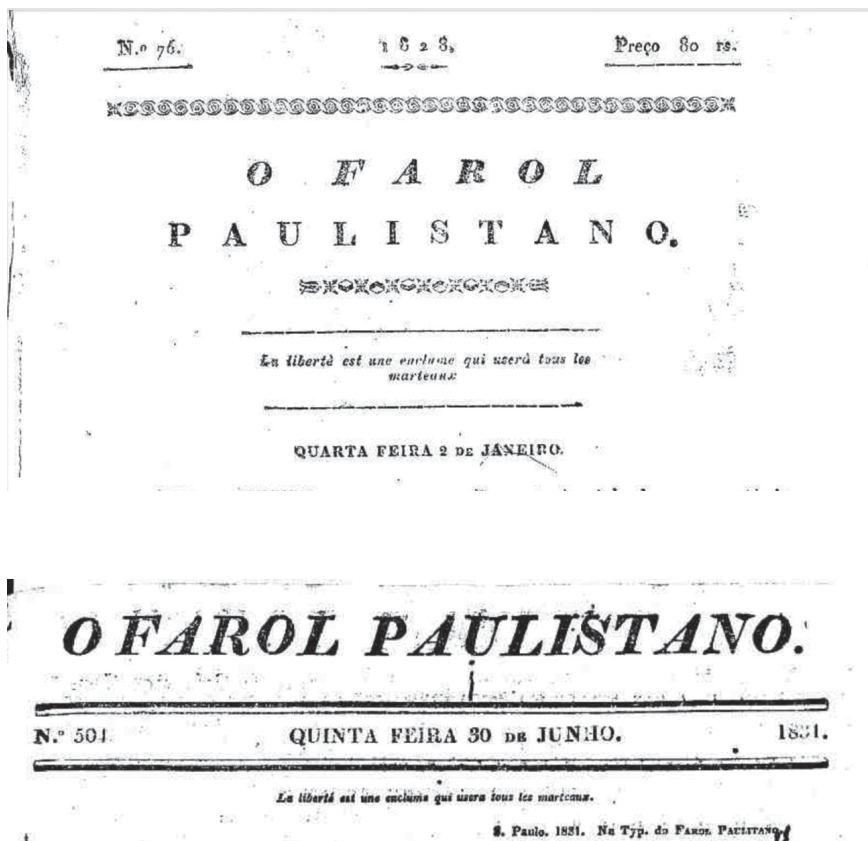


Fig. 2 e 2 a: Variações de títulos do jornal *O Farol Paulistano*, de 1827 e 1831

De 1827 a 1831 observa-se, por parte do compositor, o esforço no sentido de tornar mais elaborada a *mise en page* do jornal, sem que se alterasse a estrutura da composição. Em 1828 há mudanças significativas na composição do cabeçalho, com o emprego de duas vinhetas que cercam bem esta seção do jornal e a composição centralizada de todos os elementos textuais. Nos anos de 1830 e 1831 o cabeçalho do jornal é apresentado com uma composição mais compactada e assertiva: o título encima a folha; o número do diário, a data e o ano são compostos em uma única linha, entre fios duplos, equilibrando a largura a mancha; abaixo, a epígrafe se mantém em itálico; enquanto todas essas informações são centralizadas, no canto

à esquerda o cabeçalho fecha com os dados da imprensa (cidade, ano, nome da tipografia)²¹.

Fonte: Hemeroteca Digital da FBN.

Conclui-se, após a leitura da documentação coligida por Cybelle de Ipanema, entre outras fontes e referências citadas, que entre 1823 e 1830 foram mobilizados ofícios, petições, recursos, cartas, orçamentos, negociações... mas nada saiu do papel. A primeira tipografia foi finalmente instalada em 1827, por um particular, José da Costa Carvalho, futuro Marquês de Monte Alegre (1796-1860). Da oficina saíram os dois primeiros jornais impressos na província, o já citado *O Farol Paulistano*, dirigido pelo próprio Costa Carvalho, de 1827 a 1831, e *O Observador Constitucional*, que de 1829 a 1830 passou a circular sob a orientação de Libero Badaró²². Em 1831, após a eleição de seu fundador ao cargo de membro da Regência Trina Permanente (1831-1834), as atividades jornalísticas à frente d'*O Farol* foram transferidas a outros redatores, que mantiveram vivo o jornal (Oliveira, 2010). Nesse momento, escreve Cybelle de Ipanema, «o governo paulista concretizou seu desejo adquirindo [sua] tipografia [...] arrendando-a a terceiros e partindo, depois, para a publicação de atos emanados dos três poderes em tipografias particulares» (Ipanema, 2008, p. 79).

21 Tais observações são reforçadas pela análise de Bianca Tavares Martins, em sua pesquisa de iniciação científica, sob a orientação de Priscila Lena Farias, ao observar um incremento de famílias tipográficas e ornamentos nos primeiros anos de publicação de *O Farol Paulistano* (Martins, 2018).

22 Libero Badaró ou Badarò (segundo seu *fede battesimo*) lutou contra o absolutismo que pairava sobre o regime de D. Pedro I e foi assassinado, em 21 de novembro de 1830, na frente de sua casa, na então rua de Nova de São José (hoje Libero Badaró), em São Paulo. Hercules de Florence registrou em aquarela seu enterro. A notícia do assassinio se espalhou em outras províncias e agravou os protestos pela abdicação do Imperador. No leito de morte, diz-se ter registrado seus desígnios: «Morre um liberal, mas não morre a liberdade». Frase que se consagrou na história do liberalismo em São Paulo (cf. Secco & Deaecto, 2003).

Os primeiros livros: materialidades e transferências culturais

O primeiro arrendatário da tipografia adquirida pelo poder provincial foi Manoel Francisco da Costa Silveira, que, além de manter a publicação de jornais e papéis administrativos²³, fez imprimir os primeiros livros da Pauliceia. Sobre Costa Silveira as informações são ainda escassas. Um depoimento pessoal, reproduzido por Lafayette de Toledo, em 1898, fornece a seguinte notícia:

Sobre Manuel Francisco da Costa Silveira posso dizer alguma coisa, porque o conheci muito de perto. Era paulista: muito instruído em línguas estrangeiras, especialmente na inglesa, que escrevia e falava perfeitamente; apesar de ter gênio muito concentrado, pouco comunicativo, gozava de particular estima e amizade de homens notáveis do seu tempo, como Costa Carvalho (marquês de Monte Alegre), senador Candido Baptista, Pires da Motta, e outros. Dirigiu por muito tempo uma tipografia, que funcionava na rua de S. Gonçalo [n. 14], e onde foram publicadas, além de um periódico político, diversas obras literárias, entre as quais o *Ensaio d'um quadro estatístico da Provincia de S. Paulo* (1838), atribuído ao general Daniel Pedro Müller. Mais tarde deixou a tipografia para substituir o cônego Ildefonso Xavier Silveira no lugar de oficial-maior da Faculdade de Direito de S. Paulo, cargo que serviu por muitos anos e com muita distinção, porque

23 De 1827 a 1835, data em que figura pela primeira vez nos impressos da cidade o nome de Costa Silveira, foi intensa a atividade de publicação periódica, todas ligadas a alunos e lentes da Faculdade de Direito: *O Farol Paulistano* (1827-1831); *O Observador Constitucional* (1829-1832); *Revista da Sociedade Filomatica* (1830); *O Amigo das Letras* (1830); *O Federalista* (1832); *O Justiceiro* (1834-1835); *O Novo Farol Paulistano* (1831-1837). Faz-se ainda necessário mapear os nomes das tipografias, tal como são anotados em cada edição dos jornais, um a um, pois são muitas as variantes. Vamos assumir os nomes existentes, sem preocupação com o local e a data da primeira referência, situando apenas o período em que foram estampados nos impressos: a) de 1827 a 1835, Typographia do Farol Paulistano, mas, também, Typographia do Novo Farol Paulistano (*Revista da Sociedade Filomatica*, 1830); b) de 1835-1850, Typographia do Governo (da Provincia de São Paulo); c) de 1835 a 1842, Typographia de Costa Silveira (cf. *Linha do Tempo da Tipografia Paulistana*).

além de ter uma letra lindíssima, tinha espírito de ordem, método de trabalho, e assim pode organizar o serviço da secretaria da Faculdade com inteligência e zelo inexcusável. Sou um pouco suspeito para falar neste homem, porque fui muito seu amigo e seu discípulo em estudos preparatórios.

Sucedeu-lhe na tipografia J. F. Sobral, ao princípio estabelecido na rua de S. Gonçalo, perto do Largo da Sé, e depois diretor da Typografia do Governo, em palácio. Há também diversas publicações avulsas desse editor, muito trabalhador, mas sem as habilitações literárias de Costa Silveira [...]²⁴.

E se, como temos apontado, os primeiros jornais impressos estão necessariamente atrelados à vida política do país, a que se deve o interesse pela publicação de livros, considerando que a produção editorial era majoritariamente realizada na Corte, quando não importada da Europa? No mais, sob quais condições foram esses livros impressos, tendo em conta o trabalho realizado em uma pequena tipografia de província, com todas as limitações materiais que temos verificado?

Após a abertura do ano letivo da primeira turma da Faculdade de Direito, em janeiro de 1828, um problema se impôs: ensinar com quais livros? Já era prática corrente a subvenção de compêndios destinados ao ensino científico desde a inauguração da Escola de Cirurgia, em 1808, em Salvador. Lembremos, ademais, que em 1810 foi aberta a Academia Real Militar e, em 1812, o curso de Cirurgia no Hospital da Santa Casa de Misericórdia, ambos no Rio de Janeiro. Diante desse novo quadro, escreve Rubens Borba de Moraes:

Surgia no Brasil o problema do livro didático. Para resolvê-lo, a Impressão Régia publicou uma série de manuais franceses «para uso

24 Carta de Olegario Herculano de Aquino e Castro, endereçada a Lafayette de Toledo (Toledo, 1898, pp. 305-306).

dos alunos», como consta em suas páginas de rosto. O empenho do governo em resolver o problema é tão patente, que em 1809, antes mesmo de fundar a Academia Militar, já se providenciara a abertura das chapas para as gravuras dos *Elementos de Geometria* e se publicara o *Tratado de Trigonometria*, ambas as obras de Legendre. No caso da fundação da Academia, em 1810, aparecem o *Tratado elementar d'Artimética*, de Lacroix, e o *Tratado elementar de Physica*, de Haüy. Os alunos não ficavam, no portanto, sem livros de texto logo no início do curso. À medida que iam passando de ano para ano, novos livros iam sendo publicados (Moraes, 1993, p. XXIII).

Na Faculdade de Direito não seria diferente, pois era importante a construção de um repertório bibliográfico que distanciasse a jovem instituição brasileira de seu par coimbrão. E isso fazia todo sentido, uma vez que a Faculdade se destinava a criar os pilares jurídicos da jovem nação independente. É claro que os compêndios poderiam ser todos impressos na Corte, na Imprensa Nacional, como já acontecia, ou nas tantas tipografias que a essa altura eram abertas na capital do país. Por outro lado, era preciso justificar os investimentos que fizera o governo provincial em uma tipografia, da mesma maneira que a proximidade de autores, público leitor e «casa publicadora» tornava tudo muito mais prático.

A primeira proposta de publicação de um compêndio subsidiado pelo governo partiu do professor José Maria Avelar Brotero²⁵. O caráter um tanto provisório e, em certo sentido, obsoleto que marca essa fase de conformação das disciplinas e de seus materiais de apoio, fica patente no prefácio de *Princípios do Direito Natural*, diga-se de passagem, escrito em linguagem e apresentando argumentos bas-

25 Exemplares de *Princípios do Direito Natural* e *Questões sobre as presas marítimas* figuram no «Cathálogo das Obras existentes na Bibliotheca de Direito de S. Paulo, em 1857 (extrahido do antigo cathalogo pela sua ordem)», Manuscrito do Arquivo da Faculdade de Direito [MAFD], livro 18, 1857.

tante incomuns, tanto quanto sua «Advertência, vale mais tarde do que nunca», cujo trecho passamos a citar:

Talvez o leitor seja curioso e queira perguntar – qual foi a razão das imensas notas, postas neste compêndio? São quatro. A primeira foi o cumprir com os estatutos [...]; a segunda foi facilitar aos estudantes a explicação do mesmo compêndio; a terceira tirar ao Direito Natural aquele seco, que parece ter à primeira vista; a quarta, o ir acostumando já os estudantes a aplicarem ao Direito Público o Direito Natural; e, outrossim, foi igualmente para poupar trabalho ao mesmo compêndio, quando ele principiava, se o seu estado de saúde o convidar a isso, e escrever as suas postilas [apostilas] do mesmo Direito Público. E não bastava apontar as mesmas notas? – Decerto, se fosse possível obrigar aos estudantes a ter os autores citados.

E por que elas vêm em Francês? Para poupar trabalho, ou, para melhor dizer, por falta de tempo. – O leitor deve saber que estas lições eram prontas à noite, para servir de manhã, e que estas notas eram parte, ou fundamento, da explicação, que diz na aula, e a qual não se escreveu nas postilas. Recebi do Governo ordem para remeter este compêndio o quanto antes, e por isso, muito à pressa, mandei tirar uma cópia da minuta, e como a experiência me tinha mostrado a necessidade de por estas notas no compêndio, as fiz copiar dos mesmos autores, e dos lugares já marcados, isto é, segundo as marcas, que tinha posto nos mesmos livros²⁶.

A Comissão de Instrução Pública não aprovou a subvenção da publicação, sob o argumento de que o texto não apresentava «ligação e harmonia nas matérias, nem uniformidade no estilo, sendo uma verdadeira compilação de diferentes autores, que não seguiram os mesmos princípios, nem se exprimiram no mesmo estilo [...]» (Vam-

26 «Se é verdadeira a sentença, de que o estilo é o homem, aí temos nosso professor» (*apud* Vampré, 1977, pp. 66-67).

pré, 1977, p. 68). O parecer da Comissão, no entanto, não afetou sua longa carreira como docente e escritor. E tampouco a publicação do livro, que saiu sob o título: *Princípios de Direito Natural*. Compilados por José Maria Avellar Brotero. Lente do primeiro anno do Curso Juridico de São Paulo (Rio de Janeiro. Na Tipographia Imperial e Nacional, 1829, 455 p.).

É de autoria do professor Brotero o primeiro livro impresso em São Paulo, *Questões sobre prèsas marítimas* [fig. 3]. A obra não contou com a subvenção do governo, tendo sido impressa com o auxílio de subscritores (no final do volume foram elencadas 165 assinaturas). Como se lê no verso da folha de rosto:

Vende-se em S. Paulo na rua do Commercio na loja do Sr. Francisco Garcia Ferreira. – Preço da 1ª. parte 4\$000, e para os Srs. Subscriptores 3\$200²⁷. Na mesma loja se vende a seguinte obra do mesmo author – Principios de Direito Natural. – Preço 3\$000.

O volume apresenta um caso raro de dedicatória, segundo prática muito corrente nas publicações da Europa do Antigo Regime, mas que caíra em desuso juntamente com o sistema de mecenato. Seguindo a tradição, o nome do dedicatário aparece estampado na folha de rosto e em texto independente, na abertura do livro, cujo desfecho passamos a reproduzir:

Respeitosamente rogo á V. E. haja de aceitar minha oferta, dando licença para mandar imprimir a obra debaixo da protecção do nome de V. E., tendo a dedicação só o fim de mostrar a estima em que tenho a pessoal de V. E.

Sou de V. E.

Ill.mo e Ex.mo Sr. Rafael

27 Uma lista dos subscritores consta no final do volume (6 páginas não numeradas).

Tobias de Aguiar

Attento Venerador

S. Paulo 10 de Maio de 1835

Dr. José Maria Avellar Brotero²⁸

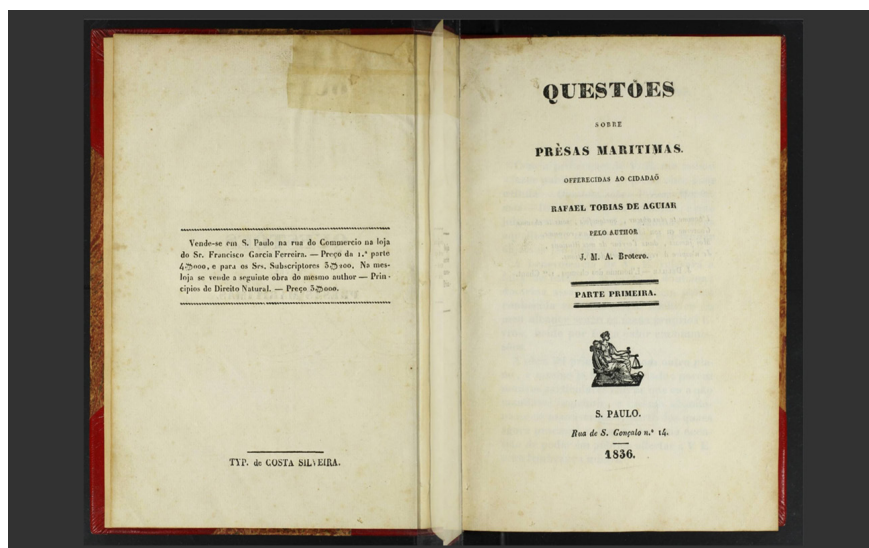


Fig. 3: Verso do olho e folha de rosto de J. M. A. Brotero, *Questões sobre prêsas marítimas*. Offerecidas ao cidadão Rafael Tobias de Aguiar (S. Paulo, [Typ. de Costa Silveira], 1836, 219 p., 1 v.

O exemplar descrito pertenceu a Rubens Borba de Moraes (ex-libris colado na guarda, no verso da pasta da primeira capa) que assinala, a lápis, no verso da falsa guarda: «É o primeiro livro impresso em São Paulo».

Estrutura da edição:

Pré-textuais: olho; folha de rosto; 4 páginas não numeradas: [dedicatória] «Ilmo. Exmo. Sr.» (2 p.); «Aos Leitores» (2 p.).

Pós-textuais (12 p. não numeradas): «Erratas mais notáveis» (2 p.); «Index» (4 p.); «Lista dos Subscritores» (6 p.)

²⁸ Não vamos insistir na análise dessa obra, pois uma pesquisa brilhante sobre a relação dos lentes da Academia com os livros, inclusive, considerando suas coleções pessoais, foi recentemente realizada. Cf. Ayres, 2018.

Formato: 20,4 x 13,1 cm. Impresso em papel filigranado. Exemplar restaurado e refileado.

Fonte: Reprodução digital do acervo da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin (BBM/USP).

De natureza diversa é o livro atribuído a Daniel Pedro Müller (o nome do autor não aparece estampado na folha de rosto), impresso em 1838. O *Ensaio d'um quadro estatístico da Provincia de S. Paulo, ordenado pelas leis provinciaes de 11 de abril de 1836, e 10 de março de 1837*, como indica o título, é obra encomendada pelo governo. Na folha de rosto figura, na metade inferior da página, o brasão do Império do Brasil, o mesmo representado na bandeira: uma esfera armilar sobreposta pela cruz da Ordem de Cristo, circundada por 19 estrelas de prata, representando as províncias da jovem nação; à esquerda, um ramo de café; à direita, um ramo de tabaco. A coroa real, cravejada de diamantes sobre o protetor, encima a esfera. Ao pé da página, a imprenta: «S. PAULO. Na Typographia de Costa Silveira. Rua de S. Gonsalo n. 14. 1838» [fig. 4].

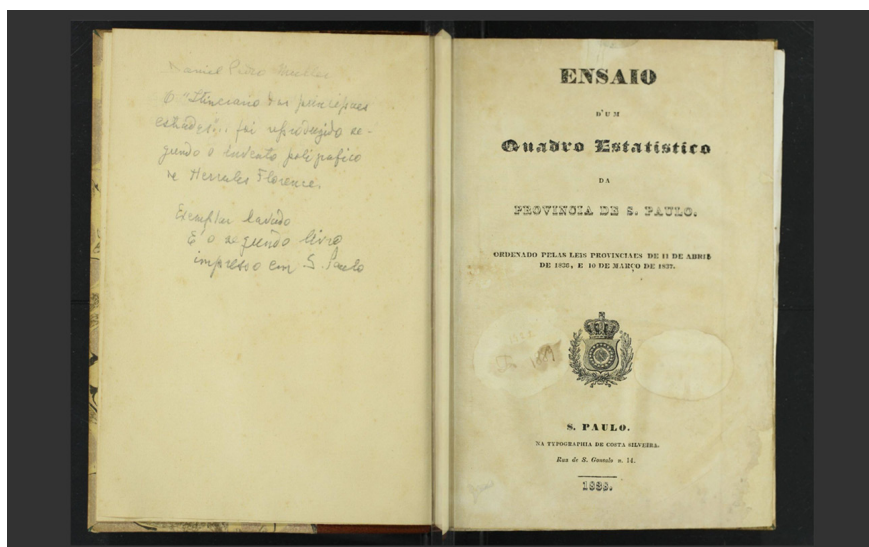


Fig. 4: Verso da falsa guarda e folha de rosto de [Daniel Pedro Müller], *Ensaio d'um quadro estatístico da Provincia de S. Paulo, ordenado pelas leis provinciaes de 11 de abril de 1836, e 10 de março de 1837* (S. Paulo, Na Typographia de Costa Silveira, 1838).

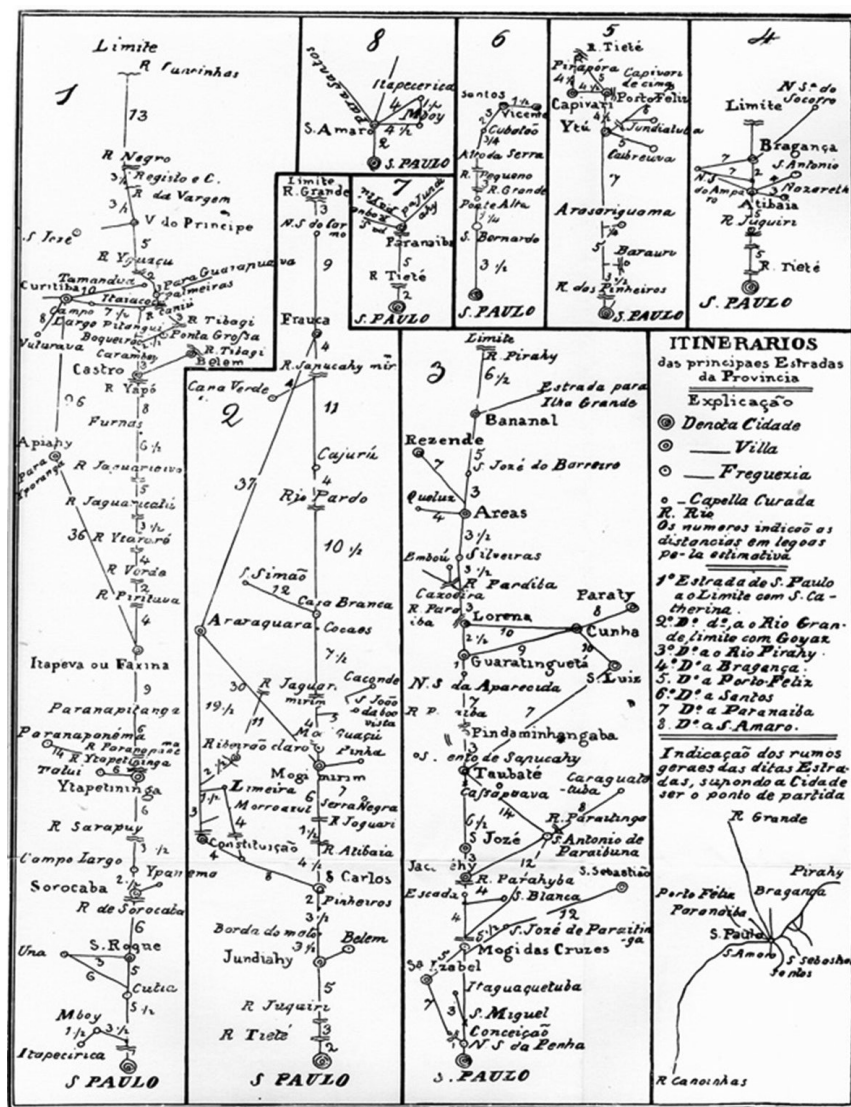
O exemplar pertenceu a Rubens Borba de Moraes (ex-libris colado na folha de guarda, no verso da pasta da primeira capa). O bibliófilo anota, a lápis, no verso da falsa guarda, a seguinte informação: «O itinerário das principaes estradas etc. ... foi reproduzido segundo o invento poligráfico de Hercule de Florence. Exemplar lavado. É o segundo livro impresso em S. Paulo».

Notemos, ainda, que a edição constitui um exemplo eloquente de proeza gráfica realizada no atelier de Costa Silveira, dada a diversidade de fontes e tamanhos de corpo, o emprego do brasão (xilografado?), o uso de fios, vinhetas e a composição de várias tabelas. Há tabelas compostas na mancha do texto e outras apresentadas na forma de encartes. Fato curioso, a ser verificado em novas análises, a edição apresenta papéis diferentes em diversas seções, sobretudo nos encartes. Teriam alguns encartes sido impressos em outro atelier, a exemplo do dito mapa, reproduzido pelo processo de Hercules Florence?

A primeira seção do livro se destina à apresentação propriamente do ensaio estatístico (86 p. numeradas), enquanto a segunda apresenta os quadros estatísticos (22 tabelas enumeradas).

A estrutura do livro se apresenta da seguinte maneira: folha de rosto; «Advertência» (1 p. não numerada); «Introdução» (p. i-iv); «Índice» (1 p. não numerada); «Índice das Tabellas» (1 p. não numerada). Tabelas encartadas e enumeradas de 1 a 22. O documento «Itinerários... » (fig. 4a) foi encartado entre as tabelas 15 e 16.

Formato: 20,5 x 14 cm. Edição restaurada, refilada e lavada.



S. Carlos, 1837 Polygraphia de Hercules Florence, inventor d'esta nova Arte

Fig. 4a: Reprodução do encarte «Itinerarios das principais estradas da provincia», folha impressa no atelier de Hercules Florence (São Carlos, 1837) a partir do processo denominado poligrafia.

O itinerário referenciado constituiu, de fato, uma importante invenção de Hercules Florence. Os detalhes do experimento figuram em *Découverte de la polygraphie par Hercules Florence* (Campinas, Pro-

vince de St. Paul, au Brésil, le 1er août 1853), conservado no Acervo Iconográfico da FBN. Segundo Dirceu Franco Ferreira, esta inovação implementada por Florence nas artes gráficas foi anunciada na imprensa para fins comerciais (Ferreira, 2014). É possível que o impressor Costa Silveira, ciente da dificuldade de compor tal peça pelo processo tipográfico, tenha encomendado a reprodução deste encarte junto ao artista francês. De qualquer maneira, chama a atenção o fato do artista anunciar seu invento no pé da folha impressa: «S. Carlos, 1837. Polygraphia de Hercules Florence, inventor desta nova arte».

A capacidade produtiva do atelier de Costa Silveira parece ter adquirido fôlego novo, pois no início de 1839 vemos anunciado o aparecimento de um novo título. Trata-se do terceiro livro publicado em São Paulo: *Resumo de Historia Universal impresso por ordem do governo para uso da aula d'Historia e Geographia da Academia de Sciencias Juridicas e Sociaes d'esta cidade de S. Paulo*. O primeiro volume é mais robusto (292 p. + 2 p. de errata + 2 tabelas encartadas), pois segue o programa de História da Antiguidade até a Idade Média [fig. 5]. No capítulo «Advertência» o autor redige o texto em primeira pessoa, buscando explicar a natureza do compêndio, a razão pela qual empreendeu o trabalho de redação e publicação do mesmo, bem como suas fontes, ou matrizes intelectuais. Em certo sentido, o texto reproduz o relatório que ele endereçara, em 1836, ao diretor da Faculdade de Direito. À época o documento foi publicado no jornal *Novo Farol Paulistano*. Ao final, o autor data o escrito em 12 de janeiro de 1839²⁹.

O segundo volume é mais conciso (162 p + 2 p. de errata) e apresenta, igualmente, uma «Advertência», com texto datado de 7 de agosto de 1839. O autor explica que o plano do livro tem como

29 Ao negar a autenticidade do escrito, os autor justifica a escolha pelo anonimato. Porém, consciente da importância de subsidiar o programa de História de um ponto de vista teórico, ou «filosófico», o primeiro volume abre com o «Discurso Recitado por F. Schiller na Abertura da Aula de História da Universidade de Iena». «Devo ainda pedir, que ninguém se persuada, que tenho a ridícula philaucia de haver escripto uma Historia Universal, isto é, de ter extendido o campo d'esta Sciencia» (Frank, 1839, vol. 1).

modelo a *História Universal* de Poelitz³⁰ – não se trata, efetivamente, de uma versão fiel à obra alemã –, com acréscimos próprios sobre a História Moderna, muito provavelmente com base em outras leituras realizadas em São Paulo. A distância de sete meses entre a redação do prólogo do primeiro e do segundo volume sugere que ele se dedicou à escrita do período moderno neste intervalo. Duas informações nos parecem particularmente relevantes sobre o texto em análise.

Em primeiro lugar, o programa editorial previa três volumes, em lugar dos dois publicados:

Era meu plano resumir a História Moderna desde o descobrimento da América até o decênio atual em um só volume; porém receioso de não se verificar a publicação da obra n'este anno, e desejoso de empregar este Compendio quanto antes no meu ensino, dividi a Terceira Parte em dois volumes, apesar da falta de proporção, que há entre este 2º volume e o 1º e 3º, para a publicação sucessiva dos 3 volumes pudesse acompanhar a marcha do ensino; porem ainda assim não foi possível realizar este meu designio (Frank, 1839, vol. 2).

A segunda observação diz respeito às condições materiais de impressão da obra:

Finalmente noto, que no título introduzio-se um erro, que é a declaração do destino d'este Compendio – *Para o uso da Aula, &c.* porquan-

30 Karl Heinrich Ludwig Pölit (1772-1838) foi professor particular de filosofia em Leipzig, desde 1794, e professor de moralidade e história no Instituto de Cadetes em Dresden, desde 1795. Em 1803, tornou-se professor em Wittenberg e, em 1815, professor na Universidade de Leipzig. É possível que Julius Frank faça referência a *Handbuch der Weltgeschichte* (3 Bände. Leipzig, Hinrichs, 1805). Nosso autor informa que iniciara a tradução do livro incentivado por Costa Carvalho, no tempo em que este dirigia a Faculdade de Direito. Mas o trabalho não avançou, porque não havia a perspectiva de sua publicação. Afinal, «à minha custa não posso mandar imprimi-la; por subscrição é custoso; e depois não tem havido diretor que se interessasse por semelhante obra» (Julius Frank, *O Novo Farol Paulistano*, 31 dez. 1836, p. 2).

to absolutamente ignoro si é este o fim exclusivo para que o Governo mandou imprimir a Obra [esta informação foi corrigida no frontispício do segundo volume] (Frank, 1839, vol. 2).

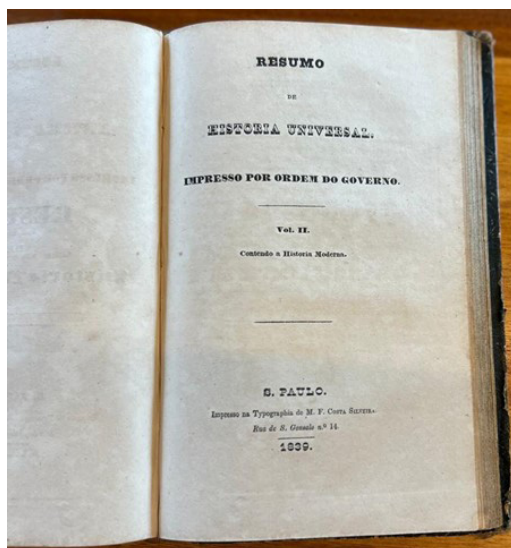


Fig. 5: Folha de rosto do segundo volume de *Resumo de Historia Universal impresso por ordem do governo contendo a História Moderna*, v. II (162 p + 2 p. de errata).

Volumes 1 e 2 encadernados. Formato: 20,1 x 12,3 cm.

O exemplar pertenceu a Rubens Borba de Moraes (ex-libris).

Anotação a lápis no verso da guarda: «Autor: Julio Frank. É o terceiro livro impresso em São Paulo».

Estrutura do volume 1:

Pré-textuais: olho; folha de rosto; «Advertencia» (3 p. sem numeração); «Discurso recitado por F. Schiller. Na abertura da aula de Historia na Universidade de Iena» (p. iv-xxviii)

pp. 1-286

2 encartes

«Índice» (p. 287-292)

«Erratas mais notáveis» (2 p. sem numeração)

Estrutura do volume 2:

Pré-textuais: olho; folha de rosto; «Advertencia» (1 p. sem numeração)
pp. 1-159

«Índice» (p. 161-162); «Erratas mais notáveis» (p. 163-164)

Fonte: Reprodução fotográfica do exemplar analisado pertencente à Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin (BBM/USP).

Diferente do professor José Maria Avellar Brotero³¹, figura de prestígio em Portugal, primeiro lente nomeado para a Faculdade de Direito de São Paulo, Julius Frank era um imigrante alemão, que acabara de chegar em São Paulo, e se tornara responsável pelas disciplinas de História e Geografia do curso preparatório³². Planejou, contudo, um programa de ensino tão extenso que o mesmo adentrava a grande curricular do curso superior. Como ele mesmo justifica: «não se diga que são somente preparatórios, porque os bacharéis saem daqui como formados em ciências jurídicas e sociais – triste ironia para a maior parte³³ – e ninguém negará que a política e a estatística

31 José Maria de Avellar Brotero (1798-1873) nasceu em Lisboa. Foi responsável pelas disciplinas Direito Natural, Direito Público, Análise da Constituição do Império, Direito das Gentes, Diplomacia e, a partir do segundo ano, Direito Eclesiástico. Em 1833, naturalizou-se brasileiro e foi agraciado com o título de Conselheiro do Império. Aposentou-se em 1871, tendo acumulado as funções de professor e secretário por quarenta e três anos. Faleceu em São Paulo.

32 Sobre a vida de Johann Julius Gottfried Ludwig Frank (1808-1841) muitas são as notícias e escassas as certezas. Afonso Schmidt foi o primeiro a desbravar os arquivos alemães, logo, a iluminar com provas documentais alguns aspectos de sua biografia. Nasceu na cidade de Gotha, na Turíngia. Seus pais foram Carlos Frederico Frank, encadernador de livros, e Carlota Frederica, filha «do mestre encadernador de livros da Corte de Ludovico Herlan». Estudioso, ministrava aulas particulares aos 12 anos de idade e, aos 17 anos, ingressou na Universidade de Göttingen, na Baixa Saxônia. A partir daí, as notícias se apresentam mais incertas, talvez, um tanto romaneadas. Teria contraído dívidas em Göttingen e se transferido para Leipzig, depois para Berlim, até emigrar para um distante e improvável Brasil, em 1821? Teria cometido um crime em sua terra natal, o que o empurrou, em fuga, para o outro lado do Atlântico? O que, afinal, lançara o jovem estudante da prestigiosa Universidade de Göttingen a um destino incerto e solitário além-mar? Estas são algumas questões que ainda permeiam suas biografias. Julius Frank faleceu em São Paulo, em 1841, acometido, muito provavelmente, de uma pneumonia e no auge de sua influência entre os jovens postulantes a uma vaga na Faculdade. Cf. Schmidt, 2008 [1942]; Bandechi, 1978, p. 85.

33 O autor lembra, não sem ironia, como ele mesmo adverte, que o egresso recebia o diploma de bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, segundo a constituição do curso, por lei assinada

pertencem à última classe» (Julius Frank, *O Novo Farol Paulistano*, 31 dez. 1836, p. 3). Por isso, defende que o curso de Geografia tenha a duração de um ano. Para a disciplina histórica, o tempo de formação deve ser mais elástico:

Portanto penso que se devia estabelecer um curso de dois anos, um antes de estarem os estudantes no 1º ano jurídico, outro anexo ao 1º ano, visto que este tem somente uma aula; e ainda que os novos estatutos criem mais uma, assim mesmo não seria muito, unir-se-lhe uma de História; mesmo para habituar os estudantes a uma séria aplicação. No 2º ano do Curso Histórico podia-se então fazer uma repetição da Geografia, da qual ficariam dispensados aqueles que se distinguissem no 1º ano na mesma matéria. E para obrigar-se os estudantes a ocuparem-se até o fim dos seus estudos nestas matérias quase inseparáveis do curso de Direito, eu achava bom, que d'ora por diante todos os estatutos ficassem dispensados do exame de História e Geografia até o 5º ano, porque assim eles têm três cursos que podem frequentar, não lhes resta desculpa alguma, e o receio de uma reprovação no 5º ano – porque supõe-se então um exame rigoroso – os obrigará ao estudo da História (Julius Frank, *O Novo Farol Paulistano*, 31 dez. 1836, p. 3).

A exemplo de Brotero, seus modelos são europeus, o que faz desses dois primeiros livros impressos em São Paulo um amálgama composto de excertos traduzidos de autores vários, acrescidos de comentários originais. Noutros termos, a escrita de *Questões sobre prêsas marítimas* e de *Resumo de História Universal* constitui um exemplo eloquente de transferência cultural. As referências de Brotero, conforme observado por Vivian Nani Ayres, são expressamente francesas (não raro, coimbrãs). Julius Frank traz na bagagem as matrizes

pelo Imperador D. Pedro I, em 27 de agosto de 1827.

teutônicas, embora mescladas com uma gama bastante extensa de autores europeus – majoritariamente franceses – que constam em sua bibliografia. Além dos modelos evidenciados pelo autor, certamente por se tratar de compêndios conhecidos nas universidades alemãs e que, imagina-se, trouxera consigo na bagagem, é preciso considerar que Julius Frank desfrutara de uma formação, antes de tudo, europeia. Também as referências do autor, particularmente para o volume complementar, destinado à Época Moderna e, em particular, à História de Portugal e Espanha, testemunham sua erudição e domínio de uma bibliografia bastante ampla e heterodoxa. Cumpre ressaltar que a Universidade de Göttingen era provida de uma excelente biblioteca, que se destacava, justamente, pelo caráter cosmopolita de suas coleções³⁴. Modelo que Frank buscava replicar em São Paulo, como se observa em suas frequentes observações acerca da biblioteca da Faculdade de Direito.

A obra de Julius Frank, redigida despretenciosamente, com fins estritamente pedagógicos, chama a atenção por sua recepção longeva. Foi o livro-texto de gerações de estudantes da Faculdade de Direito de São Paulo. Os poucos conhecimentos históricos que os poetas românticos possuíam possivelmente tinham no seu escrito o primeiro esteio. Passados quase trinta anos desde a sua publicação, o livro testemunhava o efeito fixador da cultura impressa. Era ainda lido e citado como o inaugurador do programa de História do curso preparatório. Porém, a edição estava esgotada, segundo declara o então professor da cadeira de História e Geografia da mesma instituição, em 1867³⁵.

34 «Isto se deve ao fato dos responsáveis pela biblioteca – a princípio Johann Matthias Gesner (1691-1761) e o filólogo Christian Gottlob Heyne (1729-1812) – serem, ao mesmo tempo, as personalidades centrais da vida universitária, dando às autoridades tutelares conselhos seguidos de efeitos sobre o recrutamento de professores, sobre seu raio de ação e mesmo sobre a progressão dos salários» (Espagne, 2012, p. 28).

35 «Em Historia foi o do inaugurador da aula Julius Frank, escripto em Portuguez. Tendo porém se esgotado os exemplares á venda» (Manuscritos do Arquivo da Faculdade de Direito, livro 13, 1844b).

Se colocados lado a lado, os três livros testemunham uma coerência estética que coloca a tipografia de Costa Silveira no mesmo patamar de suas congêneres cariocas ou provinciais (*cf.* Semeraro & Ayrosa, 1979). É evidente que esses volumes não apresentaram grandes inovações tipográficas, embora a edição de Daniel Pedro Müller mereça uma análise mais cuidadosa, tanto em termos de artes gráficas como do tipo de papel, ou melhor, dos tipos de papel empregados. Não é possível observar nesses livros aquilo que Ubiratan Machado denominou de «arrepio da terra» (Machado, 2018), em seu levantamento exaustivo das capas produzidas no período. Pois não há, de fato, caracteres distintivos que nos permitam reconhecer a tipografia de Costa Silveira como um exemplo artístico peculiar.

Do ponto de vista da história do design, essas constatações são analisadas por Chico Homem de Melo nos termos seguintes:

Até meados do século XIX, o texto reina quase absoluto na cena gráfica dos livros. Ele é complementado ora por brasões que atestam a origem nobre da publicação, ora por vinhetas discretas. O diagrama continua respeitando o alinhamento central. Essa concisão é ditada tanto pela escassez de recursos técnicos como pela herança da tipografia clássica europeia, que aqui aportou junto com os tipógrafos portugueses trazidos da Corte. O resultado se reveste de uma sobriedade que, graças à distância do tempo, ganha ares de imponência (Melo & Ramos, 2011, p. 30).

Por fim, os três primeiros livros impressos em São Paulo testemunham a relevância das instituições paulistas na sua promoção, além de lançar luz sobre uma produção literária em gérmen, que deitou raízes na cidade e se projetou pelo país. Tais aspectos evidenciam a importância de uma infraestrutura tipográfica para a consecução desses projetos, outrossim, para a consolidação de uma cultura gráfica local, malgrado os caracteres exógenos que conformaram seu principal amálgama nesses tempos primevos.

Referências Bibliográficas

- Ayres, V. N. (2018). *Da sala de leitura à tribuna: livros e cultura jurídica em São Paulo no século XIX*. [Tese de Doutorado]. Universidade de São Paulo.
- Bandeichi, B. (1978). *A Bucha, a Maçonaria e o Espírito Liberal*. Sesquicentenário da Instalação dos Cursos Jurídicos.
- Barros, J. D. E. de. (2012). *Impressões de um tempo: a tipografia de Antônio Isidoro da Fonseca no Rio de Janeiro (1747-1750)*. [Dissertação de Mestrado]. Universidade Federal Fluminense.
- Candido, A. (2000). A literatura na evolução de uma comunidade. In *Literatura e Sociedade. Estudos de teoria e história literária* (8a ed.). Queroz Editor.
- Deaecto, M. M. (2019). *O Império dos livros. Instituições e práticas de leituras na São Paulo oitocentista* (2a ed.). Edusp.
- Espagne, M. (2012). Transferências Culturais e História do Livro. *Livro. Revista do Núcleo de Estudos do Livro e da Edição*, 2, 21-34.
- Ferreira, D. F. (2014). Narrando viagens e invenções. Hercule Florence: amigo das artes na periferia do capitalismo. *Anais do Museu Paulista*, 22 (2), 153-196.
- [Frank, J.]. (1839). *Resumo de historia universal. Impresso por ordem do governo para uso da aula d' historia e geographia, da academia de ciencias jurídicas e sociaes d' esta cidade de São Paulo*. Vol. 1: *História Antiga e Idade Média*; vol. 2: *História Moderna*. Typ. de M. F. Costa Silveira.
- Godoi, R. C. de. (2017). *Um editor no Império. Francisco de Paula Brito (1809-1861)*. Edusp.
- Hallewell, L. (2017). *O Livro no Brasil. Sua História* (3a ed.). Edusp.
- Ipanema, C. de. (2008). *A Tipografia em São Paulo. Contribuição à História de Suas Origens*. Com-Arte.
- Linha do Tempo da Tipografia Paulistana*. (s. d.). https://docs.google.com/spreadsheets/d/1guMBKWeYxveVtlc_1gCwg3uFq4rlotJ5kLMqSol1exk.
- Machado, U. (2018). *A capa do livro brasileiro (1820-1950)*. Sesi/Ateliê Editorial.
- Martins, B. T. (2018). *Letras a vapor: o repertório tipográfico dos impressores paulistanos no século XIX. A Tipografia do Farol Paulistano*. [Apresentação de trabalho]. 26º Siscup, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- McKenzie, D. F. (2018). *Bibliografia e a sociologia dos textos*. Edusp.
- Megiani, A. P., & Algranti, L. M. (Orgs.). (2009). *O Império por escrito: formas de transmissão da cultura letrada no mundo ibérico, séc. XVI-XIX*. Alameda.
- Melo, C. H. de & Ramos, E. (2011). *Linha do tempo do design gráfico no Brasil*. Cosac Naify.
- Moraes, R. B. de. (1993). Impressão Régia do Rio de Janeiro. Origens e Produção. In A. M. de A. Camargo & R. B. de Moraes, *Bibliografia da Impressão Régia do Rio de Janeiro*. Edusp/Kosmos.

- Moraes, R. B. de. (2018). *O Bibliófilo aprendiz* (5a ed.). Publicações BBM.
- Ogier, R. (2023). *Manual de tipografia brasiliense* (2a ed. atualizada). Com-Arte. [1a ed.: Rio de Janeiro, 1832].
- Oliveira, C. E. F. de. (2010). Informação e política nos primórdios da imprensa paulista: o Farol Paulistano (1827-1831). *Revista História São Paulo*, 29 (2).
- Pacheco, F. (1931). *Duas Charadas bibliographicas*. Typographia do Jornal do Commercio.
- Schapochnik, N. (2023). Ronda fluminense: os fazeres de René Ogier na Corte Imperial. In R. Ogier, *Manual de tipografia brasiliense* (2a ed. atualizada). Com-Arte.
- Schmidt, A. (2008). À Sombra de Júlio Frank (1808-1841). Associação dos Amigos da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo [1a ed. 1942].
- Secco, L. & Deaecto, M. M. (2003). A São Paulo de Libero Badaró. *Notícia Bibliográfica e Histórica*, 151-178.
- Semeraro, C. M. & Ayrosa, C. (Coord.). (1979). *História da tipografia no Brasil*. Masp.
- Sylos, H. de. (1978). Introdução. In D. P. Müller, *Ensaio d'um quadro estatístico da província de São Paulo. Ordenado pelas leis provinciais de 11 de abril de 1836 e 10 de março de 1837* (3a ed. fac-similada). Governo do Estado de São Paulo. 1978, p. X.
- Toledo, L. de. (1898). Imprensa Paulista. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, III.
- Vampré, S. (1977). *Memórias para a história da Academia de São Paulo* (2a. ed., tomo 1). INL/Conselho Federal de Cultura.
- Vasconcellos, D. P. R. de. (1986). *Uma raridade bibliográfica. O canto encomiástico de Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcellos impresso pelo Padre José Joaquim Viegas de Menezes, em Vila Rica, 1806* (ed. fac-similar com estudo histórico biobibliográfico de Ligia da Fonseca Fernandes da Cunha). Biblioteca Nacional.
- Veríssimo, F. (2022). *Impressão nas missões jesuítas do Paraguai. Século XVIII*. Edusp.
- Zaluar, A. E. (1953). *Peregrinação pela Província de São Paulo (1860-1861)*. Martins.